PROJETO DE LEI Nº , DE 2018

(Do Sr. SÓSTENES CAVALCANTE)

Dispõe sobre a fixação de placas nas unidades de saúde informando sobre a possibilidade legal de entrega do filho para adoção, antes ou logo após o nascimento.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei acrescenta o § 11 ao art. 19-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 2º O art. 19-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 19-A.

.....

§ 11. As unidades públicas e privadas de saúde devem afixar placas informativas em locais de fácil visualização contendo os seguintes dizeres: "A entrega de filho para adoção, mesmo durante a gravidez, não é crime. Caso você queira fazê-la, ou conheça alguém nesta situação, procure a Vara da Infância e da Juventude. Além de legal, o procedimento é sigiloso (NR). ”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 13.509/17, cujo projeto tive a honra de relatar nesta Casa, acrescentou o art. 19-A ao Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo que a gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude.

Trata-se de medida de fundamental importância para diminuir o número de crianças abandonadas logo após o nascimento, em função da carência material e psicológica de mães que muitas vezes engravidaram sem o devido planejamento.

Para dar maior efetividade ao dispositivo legal mencionado, mostra-se conveniente e oportuno dotá-lo de mais um parágrafo, cujo objetivo é informar à gestante ou mãe da possibilidade de entregar o filho para adoção, esclarecendo que isso é sigiloso e não é um ato criminoso e, ao mesmo tempo, orientando sobre o procedimento legal para tanto.

Já existem leis estaduais a respeito, como no Distrito Federal e em São Paulo, e pensamos que, pelo seu alcance, a norma deve ser erigida em nível federal.

Esperamos contar com a aprovação desta Casa para tanto.

Sala das Sessões, em de de 2018.

Deputado SÓSTENES CAVALCANTE